

IIRSA: INTEGRANDO REGIONALMENTE PARA DESINTEGRAR DOMESTICAMENTE? UM ESTUDO DE CASO SOBRE A BOLÍVIA

Aluna: Mariana Guedes Gamarra

Orientadora: Andrea Ribeiro Hoffmann

1. Introdução e objetivos

O presente trabalho analisa as disputas domésticas acerca de modelos de desenvolvimento que seriam levados à cabo na Bolívia após a eleição do presidente Evo Morales, em 2005, para, posteriormente, discutir de que maneira os projetos de obras da Iniciativa Para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) impactaram a política econômica adotada pelo governo do país andino, e como estes alteraram a dinâmica de poder dos grupos que possuíam projetos em disputa.

Na Bolívia, a população indígena-camponesa historicamente marginalizada pôde estabelecer uma nova agenda política como resultado das tensões sociais que tiveram seu auge entre os anos 2000 e 2005. As demandas expressas nessa agenda eram dirigidas especialmente à gestão dos recursos naturais e à criação de um Estado mais democrático. À partir das eleições de 2002, não mudaram apenas as relações sociais, mas também a correlação de forças políticas no Estado boliviano, com a eleição de um grande número de representantes indígenas no Parlamento e posteriormente, em 2006, com a eleição do presidente Evo Morales, procedente das organizações de camponeses cocaleiros.

O Movimiento al Socialismo (MAS), partido que ocupa a presidência do país desde então, surge exatamente com a promessa de reformar o Estado, acabando com o Estado colonial e instaurando um marco jurídico que inicie um “novo tempo” e coloque o país ao fim em acordo com a sua realidade: a Constituição de 2009. Por isso, para a contextualização do cenário doméstico, serão abordadas primeiramente as discussões trazidas durante a Constituinte, episódio emblemático das disputas entre os diferentes projetos de atores políticos e econômicos. Será discutido o protagonismo do conceito de ‘plurinacionalismo’ na Constituição aprovada em 2009, que trazia consigo novas concepções acerca do modelo de desenvolvimento que deveria ser aplicado na política econômica do país nos anos seguintes.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: após a contextualização das disputas domésticas, será feito um balanço da implementação do orçamento nas políticas sociais e

econômicas do governo durante o governo do Presidente Evo Morales com o objetivo de encontrar evidências sobre os caminhos seguidos dentro destas disputas, assim como alguns dos fatores que podem ter motivado essas escolhas. Finalmente, será analisado o papel da IIRSA na escolha dos principais projetos de infra-estrutura do governo assim como seu impacto no modelo de desenvolvimento doméstico.

2. Arcabouço analítico

2.1. O plurinacionalismo e o Bem Viver como paradigmas alternativos: A Constituinte e a questão da Pachamama

O início do mandato do Presidente Evo Morales deslanchou uma guerra entre dois projetos políticos-partidários que cotidianamente buscavam impor-se como verdade em enfrentamentos que se deram tanto nos meios de comunicação, como nas ruas e nas circulações de ideias em geral. O ápice dessa disputa foi a Assembleia Constituinte que, nos seus trabalhos, definiu o modelo do país, a estrutura do Estado e seu ordenamento territorial. A disputa envolveu de um lado o governo com a bandeira da Revolução Democrático-Cultural, sendo esta uma verdadeira revolução de inclusão das maiorias, e do outro, as regiões do Oriente com a bandeira da autonomia, vendo as ideias do governo como totalitárias e revanchistas. O governo, por sua vez, via as reivindicações por autonomia dos governos departamentais como interesses de elites conservadoras e racistas.

A Constituinte boliviana foi um processo conturbado; as plenárias finais da Assembleia tiveram pouca ou nenhuma participação dos partidos da oposição, demonstrando a falta de consenso político em torno de pontos centrais. A disputa se resolveu no Congresso em outubro de 2008, por meio de uma lei interpretativa, negociada com a oposição, que mudou mais de cem artigos do projeto original. A negociação permitiu a convocação de um referendo que consultou a população sobre a nova Constituição em janeiro de 2009, quando o texto foi finalmente aprovado por 61% dos votos.

Esse caráter conflituoso e marcadamente étnico da Assembleia dividiu opiniões entre os acadêmicos. Alguns julgam o processo um fracasso, um “labirinto da solidão”, no qual os bolivianos se fecharam em si mesmos, exacerbando diferenças e aprofundando a consciência dos elementos que os separam [1]. Outros enfatizam que a Constituinte teria simbolizado a chegada de camponeses e indígenas ao Estado boliviano, e seu caráter aberto e ambíguo não seria fruto de má

engenharia institucional, mas sim de uma “teoria nativa” cuja abertura seria a única maneira em que “formas sociais alternativas” comunitárias poderiam se introduzir no Estado “sem serem desvirtuadas”[2].

A Lei da Pachamama representa um exemplo claro da transposição das ideias da cosmovisão indígena -que tem como um dos principais conceitos o do “Bem Viver”/“Viver Bem”- para a formulação de políticas públicas. A lei apresenta os seguintes objetivos:

“establecer la visión y los fundamentos del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien, garantizando la continuidad de la capacidad de regeneración de los componentes y sistemas de vida de la Madre Tierra, recuperando y fortaleciendo los saberes locales y conocimientos ancestrales, en el marco de la complementariedad de derechos, obligaciones y deberes; así como los objetivos del desarrollo integral como medio para lograr el Vivir Bien, las bases para la planificación, gestión pública e inversiones y el marco institucional estratégico para su implementación.”[3].

A “Pachamama” (Mãe Terra) é a divindade máxima na cultura andina, a quem se atribui competências como fertilidade, proteção, abundância e também uma ligação com o “feminino”. A lei se baseia profundamente nos conceitos indígenas da natureza vista como uma casa sagrada, a Pachamama, de quem dependem intimamente e estabelece que a Mãe Terra é um sistema dinâmico de vida formado pela comunidade indivisível de todos os seres vivos, que são interconectados, interdependentes e complementares, compartilhando um destino comum. Ela mune a natureza de direitos legais, especificamente o direito à vida, à regeneração, à biodiversidade, à água, ao ar limpo, ao equilíbrio e à restauração e exige uma reorientação ecológica fundamental da economia boliviana e da sociedade, algo que requer que todas as leis pré-existentes e também futuras se adaptem aos limites e imposições estabelecidos pela Lei da Pachamama e pela própria natureza em si. A política pública deveria ser guiada pelo “Vivir Bien”, um conceito indígena que diz respeito à viver em harmonia com a natureza e com as pessoas ao invés do enfoque da produção de bens de consumo e de exploração da terra. A lei foi celebrada ao redor do mundo como revolucionária por apresentar uma lógica inovadora de lidar com a natureza, um respiro de esperança numa era de intenso desmatamento e exploração e foi celebrada como uma grande vitória pelos movimentos sociais bolivianos e de ecologistas mundialmente.

3.2. O “Bem Viver” (*Buen Vivir*)

Não há um consenso sobre o conceito de Bem Viver. Segundo [4], esta expressão parece representar “uma ampla superfície sobre a qual vão sendo escritos vários e distintos significados emancipatórios”. Segundo[5], em “O Pensamento sobre o Bem Viver: Entre o indianismo, o socialismo e o pós-desenvolvimentismo”, de 2014, “a concepção indígena do Bem Viver foi ecoando nos discursos políticos dos partidos e dos movimentos sociais progressistas da região andina e terminou sendo incorporado como preceito nas constituições do Equador e da Bolívia em 2008 e 2009, respectivamente”. Esses autores argumentam que existem diferentes correntes de pensamentos sobre o Bem Viver e que os trabalhos produzidos sobre a temática podem ser classificados em três paradigmas: o indianista, o socialista e o pós-desenvolvimentista.

A corrente indianista coloca como central a auto-determinação dos povos indígenas na construção do Bem Viver, assim como aos elementos espirituais da cosmovisão andina (a Pachamama e outras divindades espirituais, mitos e rituais das culturas indígenas), estando ligada à tradição do pensamento indígena ancestral, originário ou pré-moderno. Entre os seus principais representantes estariam os líderes indígenas *kichwas* ecuatorianos, *aymaras* bolivianos, *quechuas* peruanos e alguns intelectuais indígenas mestiços e brancos.

Da *“La mayoría de los intelectuales de la corriente indigenista coinciden en señalar que la traducción de Sumak Kawsay como Buen Vivir es incorrecta, ya que si bien sumak significa “lo bueno” y “lo que está bien”, también significa “lo pleno” y “lo completo”, por lo que la traducción más correcta de Sumak Kawsay sería la de “Vida Plena” o “Vida en Plenitud”. De hecho, algunos autores (Macas, 2010b; Maldonado, 2010) sostienen que el Buen Vivir es el equivalente de la expresión kichwa “Alli Kawsay” ya que allí tiene el significado de “lo bueno”, pero no de “lo pleno”; por eso, asocian el Buen Vivir con una forma de vida a la que se le ha cercenado la dimensión espiritual, propia de la cultura indígena, asociando así dicho concepto a un bienestar material Para los intelectuales indigenistas, el Sumak Kawsay es claramente una “alternativa al desarrollo” (Viteri, 2003), porque parten del rechazo al modernismo como marco cultural de referencia, y el desarrollo es un elemento del modernismo. El concepto de desarrollo no existe en la cosmovisión andina (Viteri, 2002), por lo que el Sumak Kawsay no puede ser una variante indígena del desarrollo, sino un concepto alternativo a este.” [5]*

A corrente socialista do Bem Viver, por sua vez, tem como ponto central à gestão pública estatal do Bem Viver, assim como a elementos relacionados à igualdade social e deixando em

segundo plano as questões ambientais, culturais e identitárias. Para os intelectuais socialistas, o Bom Viver é um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo e ao capitalismo (pós-neoliberal e pós-capitalista) *m* que busca revitalizar a opção moderna do desenvolvimento neo-marxista (Socialismo do Século XXI, Socialismo do Sumak Kawsay, Socialismo Comunitário). Os principais autores dessa corrente são intelectuais latino-americanos e europeus de tradição neo-marxista e políticos socialistas dos governos do Equador e Bolívia.

cmPir “Hablan de “Socialismo del Sumak Kawsay” (Ramírez, 2010; SENPLADES, 2010) y del “Socialismo Comunitario Andino” (García-Linera, 2010), más que de Buen Vivir, como una variante andina del socialismo, y entienden que este concepto va más allá de un planteamiento indígena y debe ser completado con aportaciones del pensamiento neomarxista, tales como el Socialismo del Siglo XXI (Dieterich, 2002), Revolución Ciudadana (Alianza PAÍS, 2006), Revolución Bolivariana (Izarra ...[et al], 2004), Economía Social y Solidaria (Coraggio, 2007), resistencia a la globalización (Amín y Houtart, 2002)... Aspiran a construir, tras controlar el Estado, un “biosocialismo republicano” o “bioigualitarismo ciudadano” (Ramírez, 2010), o un “socialismo comunitario” (García-Linera, 2010), como un nuevo sistema socioeconómico poscapitalista. Dicha corriente estaría vinculada con el pensamiento neomarxista moderno. (...) Para la mayoría de los intelectuales socialistas que han reflexionado sobre el Buen Vivir, esta es una propuesta racional de transformación social que busca, sobre todo, la equidad, aunque manteniendo la armonía con la naturaleza (Ramírez, 2010; Patiño, 2010; Harnecker, 2010). Y esto coloca el Buen Vivir en un marco cultural de referencia occidental y moderno; es decir, lo coloca dentro del modernismo. Dicho marco se caracteriza por el uso de la razón como elemento central del comportamiento humano y del conocimiento (por ejemplo, Habermas, 1985)”[5]

A corrente pós-desenvolvimentista se caracteriza pela relevância de questões como a preservação da natureza e a construção participativa do Bem Viver, com a inclusão de contribuições de diferentes movimentos sociais. Assim como os intelectuais indígenas, estes autores também rejeitam o desenvolvimento, defendendo uma alternativa à ele e não mais outra alternativa *para* ele. Essa construção conjunta do conceito e das práticas do Bem Viver seria uma espécie de “colagem” pós-moderna, como definem os autores, de concepções indígenas, campesinas, sindicalistas, cooperativistas, feministas, ecologias, socialistas, decoloniais, etc. no qual cada grupo aspira a construir um tipo diferente de sociedade que viva cada uma sob o seu próprio entendimento acerca do Bem Viver. Essa corrente estaria vinculada ao pensamento construtivista pós-moderno e entre

seus principais pensadores figuram intelectuais latino-americanos e europeus vinculados com o ecologismo e outros movimentos sociais.

A perspectiva que seria adotada oficialmente pelo governo boliviano foi -e continua sendo- um ponto de disputa entre os seus membros. Como este trabalho possui uma preocupação especial com a análise da política econômica, será levada em consideração a perspectiva trazida pelo Ministro da Economia e Finanzas Públicas em exercício desde 2006 [6], em seu livro “El Modelo Económico Social Comunitario Productivo Boliviano”, de 2015: “O Bom Viver expressa o encontro entre os povos e comunidades, respeita a diversidade e identidade cultural, significa “viver bem entre nós”, uma convivência comunitária com interculturalidade e sem assimetrias de poder. Trata-se de viver como parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza, onde o bem-estar individual esteja de acordo com o bem-estar coletivo” [6]. O Bem Viver, portanto, poderia ser considerado como uma convivência em harmonia com a natureza, retomando os princípios ancestrais das culturas da região e consideram que o meio-ambiente é o centro do sistema e não o ser-humano, que assume o segundo plano, estabelecendo uma relação não dual, mas sim de unidade, entre ser humano e natureza.

"Vivir Bien es buscar la vivencia en comunidad, donde todos los integrantes se preocupan por todos. Lo más importante no es el humano (como plantea el socialismo) ni el dinero (como postula el capitalismo), sino la vida. Se pretende buscar una vida más sencilla. Sea el camino de la armonía con la naturaleza y la vida, con el objetivo de salvar el planeta y da prioridad a la humanidad." [7]

"El “vivir bien” es un horizonte de significación. En éste proyecta el sujeto la vida como plenitud absoluta; por eso se trata de un modelo trascendental, que le otorga a Ela existencia valor y relevancia: su propósito consiste no en ser simple existencia sino existencia plena. En tal sentido, la exposición de este horizonte, es siempre una pretensión. Se trata de exponer no sólo su posibilidad como alternativa, sino también la necesidad, que de alternativa, hay en el presente, no sólo local sino, sobre todo, global.[7]"

[8] afirma que há pelo menos três planos para abordar a construção do conceito do Bem Viver: as ideias, os discursos e as práticas. No plano das ideias se encontram não apenas as críticas às bases conceituais da noção de desenvolvimento atrelado ao progresso mas, mais além, outras questões essenciais para a cosmologia do Bem Viver, tais como as formas de que nos entendemos e localizamos no mundo, e sob as quais o concebemos. No plano dos discursos, o conceito de Bem Viver se afastaria dos discursos que celebram o desenvolvimento econômico ou o consumo material

como indicadores de bem-estar e também abrangeria novas formas de falar, escrever e pensar o mundo. No terceiro plano, segundo o autor, se encontram as ações concretas como projetos políticos ou planos de governo inovadores, os marcos normativos e as formas de elaboração de alternativas ao desenvolvimento convencional. Esse plano seria o mais custoso à filosofia do Bem Viver: converter-se em estratégias e ações concretas viáveis de serem implementadas.

Dito isso, é importante trazer o argumento de [9] de que a multiplicidade de significados para a noção de Bem Viver (ou Viver Bem) faz com que esta possa sofrer um esvaziamento:

"Ahora bien, dada esta pluralidad de sentidos y su movimiento expansivo, la noción del Buen Vivir no está libre de un potencial vaciamiento. Y podría llegar a convertirse en lo que uno de mis maestros solía llamar "el cajón de sastre": es decir, un espacio en el que es posible colocar elementos heteróclitos que no calzan satisfactoriamente en otras definiciones clasificatorias, pero en el que es muy difícil, sino imposible, encontrar la lógica de las relaciones entre elementos. La cuestión aquí es que cuando se trata de pasar al terreno de la acción y de la decisión, es decir, cuando pretendemos entrar en el espacio de las políticas públicas, esta lógica de relaciones se vuelve central. Por lo tanto para hablar de Buen Vivir y políticas públicas, es necesario partir de algún punto fijo; ponernos de acuerdo en algún sentido mínimo compartido de aquello que vamos a entender por Buen Vivir." [9]

O “ponto fixo”, emprestando os termos de [9], a ser usado nesse trabalho juntamente com a concepção apresentada pelo Ministro Catacora, é o entendimento de Viver Bem que consta na Constituição nacional, e que foi transposto para suas políticas públicas, tornando-as passíveis da análise que o presente trabalho busca realizar.

En la Constitución boliviana es presentado como Vivir Bien, y aparece en la sección dedicada a las bases fundamentales del Estado, entre sus principios, valores y fines (artículo 8). Allí se indica que se “asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble)”. Esta formalización boliviana es pluricultural, ya que ofrece la idea del Vivir Bien desde varios pueblos indígenas y todas en el mismo plano de jerarquía. Este conjunto de referencias al Vivir Bien están en paralelo, y con la misma jerarquía, que otros principios clásicos, tales como unidad, igualdad, inclusión, dignidad, libertad, solidaridad, reciprocidad, respeto, equidad social y de género en la participación, bienestar común, responsabilidad, justicia social, etc. (todos incluidos en el artículo 8). A su vez, estos principios ético-morales son vinculados directamente con la

forma de organización económica del Estado, donde vuelve a aparecer el Vivir Bien. La nueva Constitución indica que el “modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien” (art. 306). Además se postula un ordenamiento económico vinculado a principios como la solidaridad y reciprocidad, donde el Estado se compromete a la redistribución equitativa de los excedentes hacia políticas sociales de diverso tipo. Es más, se insiste en que para lograr el “vivir bien en sus múltiples dimensiones”, la organización económica debe atender propósitos como la generación de producto social, la redistribución justa de la riqueza, el industrializar los recursos naturales, etc. (GoB, 2009; art. 313).

4. Os limites do avanço: Bem Viver na Bolívia entre 2005 e 2016

Para analisar se, e como, as mudanças políticas estabelecidas na Constituição de 2009 foram materializadas em políticas públicas, é importante analisar a base material do Estado Plurinacional, uma vez que seria de se esperar que as mudanças políticas pleiteadas estariam expressas em mudanças no orçamento estatal e, portanto, na orientação da sua política econômica. A introdução do “Plano Nacional de Desenvolvimento”, de novembro de 2007, declara que se criará “um plano de desenvolvimento integral e diversificado, consistente com a industrialização de recursos naturais renováveis e não-renováveis” (MDP, 2007), reconhecendo, pela primeira vez, diversas formas econômicas comunitária, estatal, privada e social cooperativa. A visão plural acerca da economia conforma o projeto Plurinacional, que declara explicitamente buscar o rompimento com formas estruturais de subordinação no contexto doméstico e no contexto internacional. Seguindo com a introdução do Plano, menciona-se:

“El Estado reconocerá, respetará, protegerá y promoverá la organización económica comunitaria. Esta forma de organización económica comunitaria comprende los sistemas de producción y reproducción de la vida social, fundados en los principios y visión propios de las naciones y pueblos indígena originario y campesino” (ver República de Bolivia 2009: art. 307)

A formalização constitucional do plurinacionalismo e, por consequência, de outras concepções sociais, ambientais e produtivas foi vista como um período de oportunidades, que permitiria que o país repensasse o rumo da sua trajetória de desenvolvimento, direcionando-a à um caminho plurinacional. Esse período, entretanto, acabou consolidando gradualmente os interesses extrativistas [10]. Entre as visões pós-neoliberais, a proposta de um Estado plurinacional era a que possuía uma dimensão anti-extrativista mais clara. No contexto das mobilizações sociais que se intensificaram durante os anos 2000, com grande foco em reapropriação e democratização do domínio sobre os recursos naturais e sua exploração, foi formado o Pacto de Unidade Indígena-Campesino. Essa articulação de forças sociais seria essencial para a aprovação de um texto constitucional que contivesse o paradigma plurinacional, reconhecendo a pluralidade *de facto* da sociedade boliviana e a existência pré-colonial das nações indígenas-originárias-campesinas (GoB, 2009; art 2) e também destacando a importância das economias comunitárias, ou seja, variados sistemas de produção e reprodução fundados de acordo com os princípios, práticas e visões das culturas indígenas-originárias-campesinas, promovendo seu desenvolvimento e articulação com outras formas produtivas (GoB, 2009; art. 306-310).

[10] sustentam uma análise muito consistente deste processo de reconfiguração de forças e as práticas resultantes da mesma no texto “Limits to counter-neoliberal reform; Mining expansion and the marginalisation of post-extractivist forces in Evo Morales’s Bolivia”, de 2015. O argumento central deste artigo é que “as demandas dos grupos pós-extrativistas foram institucionalizadas, disciplinadas e marginalizadas, e suas organizações cooptadas ou desmobilizadas” fazendo com que depois de 2009 as práticas extrativistas aumentassem ao invés de serem neutralizadas ou reduzidas, como poderia ser esperado ao ler-se o texto constitucional promulgado em 2009. Os autores argumentam que ocorreram dois momentos de mudanças significativas na balança de poder das forças sociais que teriam sido promovidas através do Estado e influenciadas por ele: primeiramente uma fase de crescente articulação política entre forças sociais anteriormente marginalizadas, principalmente as forças indígenas e camponesas. Essa articulação, segundo eles, foi o que possibilitou a eleição de Morales em 2006 e que deu forma às mudanças pós-neoliberais encontradas na Constituição de 2009.

A segunda mudança, que teria começado na Assembleia Constituinte em 2008, e se acentuado em 2011, marca a marginalização das demandas do Pacto de Unidade acerca do plurinacionalismo, e reestabelece a primazia das forças sociais desenvolvimentistas e extrativistas. Essa mudança se deu nas negociações finais da Constituição em outubro de 2008, na qual o governo enfrentava de maneira direta a resistência das forças da oposição, que insistiam em bloquear o texto. Comissões parlamentares estiveram que ser criadas para aprovar um espaço para as negociações e, ao final, a única maneira de obter a aprovação foi cedendo às demandas do setor do agronegócio e criadores de gado, que demandavam por maior autonomia das unidades federativas (departamentos), o que reduziu a autonomia territorial indígena, considerada o coração do plurinacionalismo. Como as demandas de grupos camponeses estavam mais relacionadas à criação e implementação de políticas públicas redistributivas, estes apoiaram a adoção de uma postura moderada por parte do governo. Os grupos indígenas acabaram sendo marginalizados porque entre suas demandas estavam a obtenção de auto-governo através das autonomias indígenas, que por sua vez, diminuiriam a concentração de poder que beneficiaria o MAS. Desta forma, segundo os autores, “acordos entre o governo e os partidos de oposição privilegiaram as autonomias regionais em detrimento das indígenas, ao mesmo tempo em que focou em redistribuição em detrimento ao plurinacionalismo, privilegiando o setor camponês enfraqueceu os direitos indígenas”

O Estado não seria, portanto, neutro nessa reconfiguração de poder das forças sociais, reforçando as assimetrias de poder que marginalizaram as demandas plurinacionalistas dos grupos

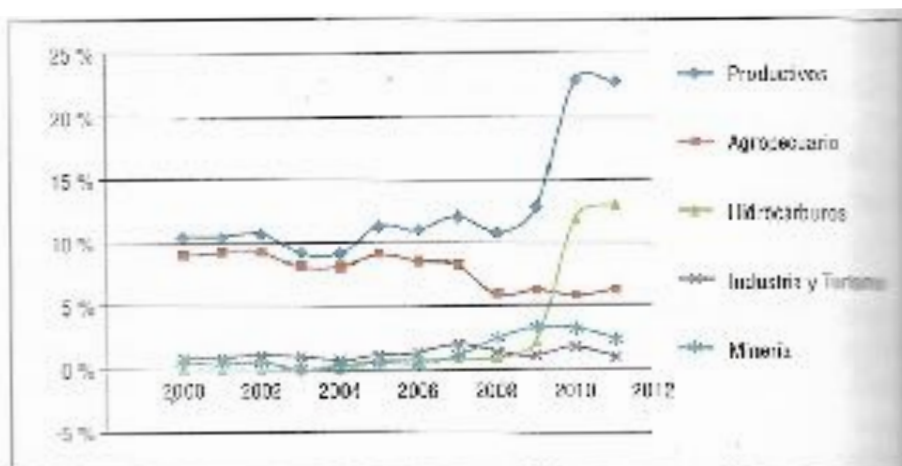
indígenas. Para sustentar essa afirmação, [10] argumentam que principalmente no segundo mandato do governo de Evo Morales (2010-2014), a atuação do Estado favorecendo os grupos camponeses contribuiu de maneira significativa para a deterioração das relações entre as organizações indígenas e campesinas que levou ao fim do Pacto de Unidade, em 2011. Como exemplos dessa atuação direta estariam o processo de desmobilização dos principais sindicatos camponeses como o CSUTCB (Confederação Sindical Unificada dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia), ator político chave no ciclo das contestações anti-neoliberais que levaram à eleição de Morales e que foi largamente cooptado pelo governo ao ter suas principais lideranças ocupando posições dentro do governo [11].

Sem um maior aprofundamento no papel da reconfiguração das dinâmicas de poderes domésticos, uma vez que este não é o pilar priorizado na lente analítica escolhida para a elaboração deste trabalho, será destacada a “postura contra-neoliberal” adotada pelo governo boliviano na governança dos seus recursos. [11] argumentam e demonstram empiricamente que essa governança não gerou uma redução na dependência do extrativismo, e sim uma expansão, em função da inabilidade do governo em realizar reformas estruturais e macroeconômicas. As razões para essa incapacidade incluem a relutância do MAS em adotar demandas mais radicais advindas dos movimentos sociais, uma vez que precisava contar com os recursos advindos das práticas extrativistas para manter sua legitimidade política no curto prazo; compromissos firmados com forças conservadoras no país que limitariam as possibilidades de realizar reformas em áreas cruciais, e as condições de dependência econômica herdadas das políticas neoliberais anteriores.

Ao observar-se a distribuição nos gráficos abaixo, que registram os investimentos nacionais, é possível perceber que o setor de infraestrutura foi o que recebeu o maior volume de investimentos, e que, dentro do setor de infraestrutura, o setor mais favorecido é o setor de transportes. A prioridade dada também ao setor de mineração e hidrocarbonetos caracteriza um modelo de acumulação extrativista que, ao potencializar os três últimos setores mencionados, estimula a exportação de matéria-prima¹.

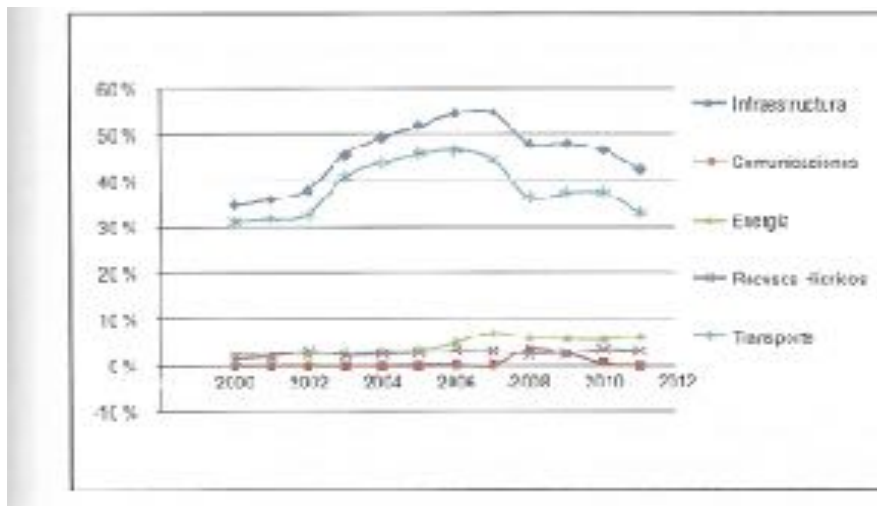
¹ ver CEDIB (2013): Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los recursos naturales, disponível em: <<https://cedib.org/publicaciones/descarga-geopolitica-de-las-carreteras-y-el-saqueo-de-los-recursos-naturales/>>, Acessado em 19 de junho de 2018.

Gráfico 1: Bolívia: investimentos em infra-estrutura por subsetores, 2001-2011 em porcentagem do investimento total



Fonte:Radhuber, I.M. (2014) *Recursos naturales y finanzas públicas. La base material del Estado plurinacional de Bolivia* (La Paz: Plural Editores). Elaboração da autora com dados solicitados ao Ministério de Economia e Finanças Públicas, Vice-Ministério de Orçamento e Contabilidade Fiscal em 2011.

Gráfico 2: Bolívia: investimentos no setor produtivo por subsetores, 2001-2011, em porcentagem do investimento total



Fonte: Radhuber, I.M. (2014) *Recursos naturales y finanzas públicas. La base material del Estado plurinacional de Bolivia* (La Paz: Plural Editores). Elaboração da autora com dados solicitados ao Ministério de Economia e Finanças Públicas, Vice-Ministério de Orçamento e Contabilidade Fiscal em 2011.

Segundo [12], ao interpretar os dados apresentados acima, fica claro que “essa política orçamentária vai contra a exigência por auto-determinação dos povos indígenas, expressa na Constituição de 2009, uma vez que vários desses projetos são feitos dentro de seus territórios e reflete uma condensação da correlação de forças, segundo a qual se fortalecem sobretudo os grupos favoráveis a um modelo extrativista de desenvolvimento, mesmo quando isto se choca contra os interesses da população indígena. Em particular, os grupos camponeses se beneficiam de projetos extrativistas - o uso florestal, o cultivo de coca, etc.- assim como certos grupos empresariais.”

Tabela 1: Projeção de Investimentos do Estado boliviano por setor econômico 2010-2015 (em milhões de dólares)

Setor	Montante do Investimento	Porcentagem
Minério	7,294	22,21
Hidrocarbonetos	7,048	21,46
Energia elétrica	6,585	20,05
Transporte	5,597	17,05
Produção Industrial	931	2,84
Habitação	680	2,07
Programa espacial e de comunicações	460	1,40
Água e Serviços Básicos	386	1,18
Telecomunicações	306	0,93
Educação	280	0,85
Desenvolvimento Rural	256	0,78
Erradicação da Pobreza Extrema	251	0,76
Barragem e Irrigação	91	0,28
Turismo	69	0,21
Saúde	68	0,21
Segurança Pública	58	0,18
Plano Compatriota	43	0,13
Ciência e Tecnologia	40	0,12
Outros	2,392	7,28
Total	32,837	100,00

Fonte: elaboração própria com dados do Ministério de Planejamento do Desenvolvimento da Bolívia

A tabela acima mostra a continuação da tendência apresentada nos dois gráficos anteriores nos períodos subsequentes, de 2010 à 2015. Segundo [13], na obra do ano de 2015 “Se han adueñado del proceso de lucha: horizontes comunitários y populares en tensión y la reconstitución de la dominación en la Bolívia del MAS”, na qual ele realiza uma crítica ao governo MAS valendo-se de uma perspectiva comunitária, “quase 80% dos investimentos do governo federal são orçados nos setores relacionados ao extrativismo e à geração de condições para a grande produção transnacional: minério, hidrocarbonetos, energia elétrica, transporte (principalmente estradas), ao passo que setores que poderiam ser considerados cruciais para um projeto nacional-popular na Bolívia, como o caso do Desenvolvimento Rural, não representa nem 1% do investimento planejado, assim como a Saúde, Educação e outros.” [13]

No caso do investimento em estradas, diante das demandas separatistas que o país experimentou em 2008 na região de maior prosperidade econômica do país (La Media Luna, composta por Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) e que ameaçaram sua integridade territorial, o governo boliviano cria o plano “Revolución Vial para un país integrado: carreteras y puentes”, inserido no plano de governo 2010-2015, que estabelecia a criação de cinco corredores² que deveriam integrar as nove capitais dos Departamentos que formam o país e no qual a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, que corta o Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS), foi apontada como um dos alvos das “Três Ações Vitais para o período 2009-2014”.

No texto “Encrujilada Latino-Americana en Bolívia: el conflicto Tipnis y su implicación civilizatoria”, [14] retomam conceitos da tradição sociológica boliviana e arriscam utilizá-los para analisar as implicações de projetos como o da estrada que atravessa o TIPNIS. Os autores começam abordando o conceito de sociedade abigarrada em uma tentativa de atualizar o debate proposto por Zavaleta³ e explicar como essa nova roupagem foi utilizada, segundo eles, para legitimar os novos planos nacionais do governo que priorizavam a construção de estradas:

² Os cinco corredores são: **Corredor I:** Este – oeste. Tambo Quemado / Pisiga – Oruro – Cochabamba – Santa Cruz – Puerto Suarez / San Matías; **Corredor II:** Norte – Sul . Yacuiba – Santa Cruz – Trinidad – Puerto Ustariz; **Corredor III:** Oeste – Norte. Desaguadero – La Paz – Caranavi – Yucumo – Riberalta Guayamerin – Cobija; **Corredor IV:** Oeste – Sur. Desaguadero – La Paz – Oruro – Potosí – Tarija – Bermejo; **Corredor V:** Central – Sul. San Agustín – Tarija – Cañada Oruro. (Gonçalves, Santiago 2013)

³ Ver ZAVALETA MERCADO, René. Las masas en noviembre. La Paz: Juventud: Flacso, 1983.

“Para comprender mejor lo que está implicado en esa reorganización del espacio geográfico boliviano es necesario entender la relación entre las escalas de esos diferentes grandes proyectos, tanto nacionales como internacionales, que hoy atraviesan el territorio de Bolivia. La “Revolución vial para un país integrado” nos obliga a actualizar el debate puesto por la lectura original que los movimientos sociales bolivianos y sus intelectuales hicieron del país como una “formación social abigarrada” y por su carácter multisocietal (Tapia, 2004 y Zavaleta Mercado, 1986). (...) La presión separatista de las oligarquías de la Media Luna actualiza la memoria de pérdidas territoriales históricas, en parte en función de su carácter abigarrado y, por eso, la necesidad de integrar el país, con una “revolución viaria” aparece como legítima. Pero, para eso, la noción de “corredores” que comanda los fundamentos tanto de la “Revolución vial para un país integrado” como de la IIRSA es precaria. Además, sorprende la similitud de los fundamentos teórico-conceptuales entre los dos proyectos. En el caso de la IIRSA los “corredores” son nombrados como EIDs – Ejes de Integración y Desarrollo. Aún más, las nociones de “corredor” y de EIDs nos remiten a la de “flujos” y de “redes” que, en el debate en el campo de los estudios regionales, implicó que los teóricos del “regionalismo abierto” abandonaran otros conceptos consagrados como el de “región” y el de “territorio” [14]

De acordo com os autores, o que ocorreu na formação do Estado plurinacional boliviano era também uma oportunidade de rever os marcos conceituais territoriais através da sociedade abigarrada, adotando concepções inovadoras e decoloniais de territorialização, preocupando-se não com um fim de integração territorial por si só e sim com a maneira pela qual esta se daria (incorporando o plurinacionalismo e conceitos como territórios de propriedade coletiva ou voltada para lógicas desenvolvimentistas e/ou dos interesses do capital transnacional).

“Es interesante registrar que este desplazamiento conceptual se da justamente en un momento en el que los territorios venían siendo colocados en cuestión a partir de perspectivas que venían del mundo indígena-campesino[14]). Desde el mundo indígena y, principalmente desde el mundo indígena más subalternizado que es el de los indígenas de las tierras bajas y de la Amazonia, la 1a Marcha del TIPNIS, en 1990, tuvo un papel seminal, al colocar en cuestión la formación territorial del país y otras formas de tratar su carácter abigarrado y multisocietal a través de una integración descolonizadora en la medida en que el nuevo pacto político debería abrigar las múltiples territorialidades que conviven en el país. Así, la propuesta de estado plurinacional y comunitario ganó expresión, con la lucha por “dignidad, por la vida y por el territorio”, la lucha por las Tierras Comunitarias de Origen y la inscripción del tema de las autonomías en la nueva constitución del estado De esta manera, podría ser superado el “espacio concebido” (Henri Lefebvre) de los planes de desarrollo con sus “corredores” y “ejes de integración y desarrollo”, en la medida en que consideráramos los “espacios vividos” por “gente de carne y hueso” (Edward Thompson) en sus comunidades y territorios. Ya que no se integran

los espacios con “corredores” y EIDs, pero sí considerando los territorios y sus gentes, a partir de las dinámicas territoriales en curso en la región del entorno del TIPNIS cuyo núcleo es ocupado por los yuracarés, tsimanes y moxos. Hasta el pequeño número de población indígena de las tierras bajas y de la Amazonia y de lo que podría ser considerado como baja densidad demográfica del TIPNIS en relación a la población boliviana, exige osadía teórica para su lectura, pues no estamos al frente de minorías, sino de pueblos únicos. Así, al contrario de lo que expresa en el documento que justifica el Plan Vial, más que integración nacional deberíamos hablar de integración plurinacional. [14]

51: A IIRSA e o projeto de desenvolvimento na Bolívia

Além do fator doméstico, [14] mencionam projetos adotados no contexto da participação da Bolívia nos processos de integração regional implementados no contexto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como determinantes das opções de desenvolvimento adotada pelo governo de Evo Morales. A Bolívia é atravessada por cinco dos eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA, que teriam sido pensados, segundo esses autores, não tomando os interesses domésticos, e os sim regionais como referência. Segundo esta visão, o modelo da IIRSA visaria uma integração sul-americana aos novos mercados globais, principalmente ao mercado chinês, opções não privilegiadas no contexto das disputas domésticas da Bolívia, como visto acima e sim de outros grupos ou países da região: “a IIRSA não seria, portanto, apenas um conjunto de estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas e redes de comunicação mas também um modelo social, político, econômico e cultural, que engendra conflitos territoriais que podem tornar-se violentos e que vêm se impondo desde cima a partir da reconfiguração espacial do subcontinente, através da infra-estrutura como primeiro passo mas que inexoravelmente tende a ser uma política de transformação/eliminação das territorialidades existentes” [14].

A relação entre o plano nacional boliviano de integração viária e a integração via IIRSA fica evidente quando observamos que os eixos do primeiro coincidem em muitos trechos com os eixos do segundo, demonstrando como o próprio governo boliviano incorporou os projetos da IIRSA aos seus planos estratégicos. Além disso, os recursos destinados à construção da estrada San Ignacio de Moxos-Villa Tunari estavam vinculados aos da construção da estrada Riberalta-Rurrenabaque, que é parte de um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA. As estradas reduzem o tempo de escoamento da produção em direção ao Atlântico, o que segundo [14] significa dizer que:

“Obsérvese que sobre el terreno concretamente la velocidad intensificada del capital se transmite entre las unidades particulares de producción interconectadas a través de las

condiciones generales de producción (Bernardo, 1987) y, así, de esta manera, tiende a presionar los tiempos lentos (Milton Santos) de los pueblos indígenas. La aceleración del tiempo de rotación del capital aumenta la plusvalía social total a ser apropiada/distribuida por las dos clases capitalistas. Tal vez aquí encontremos las razones por las cuales generalmente se ha llamado de “indolentes y perezosos” o de “atrasados” a determinados pueblos indígenas/grupos sociales cuyo imaginario se forja con otras matrices de racionalidad distintas de la lógica del time is Money. Así, entendemos como la colonialidad del saber y del poder se muestran compatibles. con el capitalismo al justificar la lucha contra los pueblos indígenas, los campesinos, los cimarrones/maroons/quilombolas o el “malandro” urbano con sus ritmos corporales propios. En fin, hay una clara relación política entre el proyecto de integración nacional y el contexto de integración sub-continental vía IIRSA.” [14]

De acordo com [14], “a integração que se está dando “desde acima” desintegra os “de baixo” (p. 46). Tendo essa noção em vista, não é surpreendente que o desencadear da construção da estrada em questão tenha levado a um extenso conflito não só entre o governo boliviano (que nesse caso também condensou e representou o interesse de setores do capital transnacional) e os grupos indígenas, mas também inter-grupos indígenas e campesinos.

O principal destes conflitos foi o que ficou conhecido como “massacre da Chaparina”. A oposição que protagonizou o dito episódio estava organizada principalmente pela população indígena das terras baixas, sob a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), e contava o apoio das populações *Quechua* e *Aymara* ligadas ao Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ), conformando a Oitava Marcha Indígena em Defesa de TIPNIS em agosto de 2011 [15]. A marcha foi violentamente dispersada pelas forças armadas da Bolívia e gerou muitos feridos e um elevado número de prisões, fato que levou à primeira grande crise do governo Morales diante da opinião pública. Se intensificaram as denúncias sobre os planos que o governo teria de explorar os hidrocarbonetos do parque, e expandir as áreas de cultivo de coca, recebendo financiamento da IIRSA para implementar projetos, que respondiam largamente aos interesses brasileiros e não aos interesses da sociedade boliviana (Paz 2012; Fischermann 2012; Prada 2012; Tapia 2012). O caso de TIPNIS, portanto, parecia incorporar a insatisfação crescente com a administração central do Estado plurinacional, apontando num sentido mais amplo para a ligação entre o extrativismo, estratégias de desenvolvimento e a liderança brasileira nos processos de intergração regional [15].

Em seu artigo "The Tipnis conflict in Bolivia", [15] afirma que o Massacre de Chaparina "pode ser visto como um símbolo da emergência ou recrudescência de conflitos sociais envolvendo a repressão estatal às minorias afetadas pelo neoextrativismo e pela construção de mega-projetos

dentro do escopo da IIRSA", fazendo menção à conceitos cunhados em obras como Veltmeyer and Petras (2014), Lang and Mokrani (2011), Aráoz (2012), Acosta (2011), and Gago and Mezzadra (2015), Gudynas (2009) e Svampa (2013). [15] aponta a crise de Chaparina como o momento de reestruturação da base de apoio do governo, uma vez que tornou evidente os interesses econômicos de alguns grupos que faziam parte do Pacto de Unidade (que até esse momento ainda não havia sido desfeito) , e reforçou o argumento já mencionado do presente trabalho de que a rearticulação destas forças do governo terminaram por marginalizar os grupos indígenas de oposição. Além disso, segundo a autora, o episódio é um exemplo que ilustra as relações assimétricas de poder que já estavam estabelecidas no país, com novos e antigos atores políticos, tornando visíveis as tensões inerentes ao processo de descolonização.

Sobre essas contradições, a socióloga boliviana [16] destaca:

"...los pueblos indígenas en Bolivia no necesariamente comparten la misma visión de desarrollo, la misma comprensión acerca de lo que significa “vivir bien” y, además, no necesariamente los indígenas se distancian social y económicamente de un modelo extractivo primario exportador. (...) Muestra con mucha claridad que los pueblos indígenas portan miradas de desarrollo que son producto de sus procesos histórico estructurales y no así, como lecturas primordialistas lo quieren ver, producto de comprensiones esenciales en el ser indígena. Los pueblos amazónicos en Bolivia han vivido procesos económicos muy distintos de los pueblos quechuas y aymaras, y si bien ambos comparten la experiencia estructural de haber sido colonizados y subalternizados en la dinámica del Estado colonial republicano, lo cierto es que las distintas iniciativas de desarrollo que están empujando dentro del TIPNIS obedece a sus distintos nexos con los circuitos de capital global. Básicamente, la proyección de la política étnica en Bolivia ha encontrado su límite en la proyección de la política económica estructural [16]."

Segundo [14], "o valor político, emancipatório e epistemológico continental e planetário da luta local/nacional/regional do TIPNIS é o de oferecer outros horizontes de sentido emancipatório com a desnaturalização do conceito de território, com os direitos da *Madre Tierra*, com o Estado Plurinacional Comunitário e com o *Buen Vivir*." Ainda segundo os mesmos autores, a Bolívia de encontraria diante de dois movimentos:

"Uno, por debajo, que viene de las luchas indígenas por “dignidad y territorio” y que desemboca en la idea de Estado Plurinacional Comunitario y una alternativa al desarrollo con el suma kausay o suma qamaña – o buen vivir – y, otro movimiento, por arriba, para abrir su territorio a la explotación de sus riquezas naturales transformando el país en “corredor” para los flujos regionales/globales de mercaderías. La salida para el Pacífico, por ejemplo, es de interés de varios sectores de la sociedad boliviana desde abajo y desde arriba, así como involucra los más profundos sentimientos nacionales de los pueblos

bolivianos, y el interés de las grandes corporaciones brasileiras y de los capitales con origen en otros países que operan en la región.[14]“

6. Considerações finais

Durante as últimas décadas, os povos indígenas e camponeses da Bolívia, desfavorecidos até então, demandaram mudanças profundas visando a construção de uma sociedade mais democrática. Suas demandas abrangeram um novo modelo estatal e de desenvolvimento), além de uma reorganização do uso dos recursos naturais. O presente trabalho analisou as disputas domésticas acerca de modelos de desenvolvimento, e de que forma o governo de Evo Morales implementou elementos do projeto escolhido a partir da análise da alocação de recursos do orçamento nacional.

“As reflexões acerca da separação relativa das esferas política e econômica conduzem a descrição das funções de legitimação (política) e acumulação (econômica) do Estado, no qual ele -como se pode analisar em cada fase de seu desenvolvimento- só é capitalista na medida em que assegura a acumulação capitalista. Do mesmo modo, quando existe uma relativa autonomia do Estado, grupos sociais que não pertencem à classe dominante podem gerir o poder político. Desta maneira, se condensam no Estado não somente uma correlação de forças locais e nacionais senão também correlações de forças internacionais e transnacionais”.

[12]

Desta forma, embora uma análise mais aprofundada desta temática fuja ao escopo deste trabalho, a análise aqui apresentada traz elementos que sustentam o argumento de que o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2006, apesar de ser crítico ao conceito de desenvolvimento tradicional e à visão monocultural deste, e de oferecer o projeto de um Estado plurinacional com uma economia multidimensional que atenda à biodiversidade e aos temas ambientais, acabou por reforçar tendências desenvolvimentistas e extrativistas *de fato*, uma vez que estas são mais presentes e significativas nos projetos estatais e na alocação do orçamento para esses projetos. A evidência apresentada indica que, projeto exportador de matéria-primas e de exploração dos recursos naturais é oposto ao defendido pelas concepções do *Vivir Bien*, que advoga que os custos sociais e ambientais da exploração de recursos devem ser levados em consideração.

A tensão entre o processo da democratização do projeto de Estado Plurinacional e o modelo econômico capitalista e extrativista evidencia-se sobretudo a maneira em que as lutas sociais se estendem do terreno social ao político - tanto no processo a Constituinte, quanto na política orçamentária. Enquanto que o processo democrático de transição a um Estado Plurinacional que visava um reconhecimento real das formas de auto-governo requer a construção de um poder descentralizado, no regime de acumulação capitalista extrativista praticado *de fato* atualmente na

Bolívia, o processo de tomada de decisões é restrito e concentrado, muitas vezes contra os interesses das populações locais. O projeto Plurinacional também requer uma reorganização territorial que reconheça a territorialidade existente [12], assumindo, portanto, uma legitimidade e acumulação voltados “para dentro”. No Estado com orientação extrativista, entretanto, há uma forte orientação para o exterior, atendendo os interesses e direcionando seus recursos a outros Estados ou atores transnacionais, como o caso ilustrado pelo TIPNIS.

"Además de que Brasil es el mayor promotor de esta iniciativa de integración física, Bolivia, por su centralidad geográfica, es el país que más será afectado, pues cinco de los diez “ejes de integración y desarrollo” de la IIRSA cortarán su territorio. Brasil, por su población, su extensión territorial (recursos naturales) y magnitud de su economía, su PIB oscila entre los cinco o seis mayores del planeta, es el único país que dispone de las condiciones materiales necesarias para protagonizar la integración del sub- continente.” [14]

Este trabalho argumenta, portanto, que existe uma grande brecha entre os discursos refundadores do Estado e a continuidade de uma modalidade de acumulação extrativista, matriz do Estado colonial-oligárquico-neoliberal, com suas práticas rentistas, clientelistas e autoritárias. Há o aspecto estrutural que influencia diretamente na manutenção dessas práticas, porém também há uma atuação direta do Estado favorecendo-as:

"Bolivia se encuentra frente a dos movimientos: uno, por debajo, que viene de las luchas indígenas por “dignidad y territorio” y que desemboca en la idea de Estado Plurinacional Comunitario y una alternativa al desarrollo con el suma kausay o suma qamaña – o buen vivir – y, otro movimiento, por arriba, para abrir su territorio a la explotación de sus riquezas naturales transformando el país en “corredor” para los flujos regionales/globales de mercaderías. La salida para el Pacífico, por ejemplo, es de interés de varios sectores de la sociedad boliviana desde abajo y desde arriba, así como involucra los más profundos sentimientos nacionales de los pueblos bolivianos, y el interés de las grandes corporaciones brasileras y de los capitales con origen en otros países que operan en la región.” [14]

Diante do que foi exposto, é possível questionar, portanto, se é possível articular um horizonte comunitário-popular a nível nacional, como inicialmente proposto na Bolívia pelo governo Morales. À essa indagação, [12] responde: "a tarefa que caberia ao governo MAS é a complexa de aprender desaprendendo, isto é, aprender e reaprender ao mesmo tempo. Requer consolidar e ampliar a vigência do pluralismo não só político e jurídico mas também a prática da gestão pública que assegure uma participação cidadã e comunitária mais ampla e efetiva." O economista boliviano [13] possui uma visão diferente. Segundo ele, o comunitário como relação social se estabelece a partir da produção de condições de reciprocidade, cooperação, confiança e mecanismos de dispersão do poder, o que *per se* não é compatível com a escala nacional, uma vez que este desarticula os níveis de decisão das bases sociais. [13].

[13] introduz, porém, um argumento bastante interessante alinhado com a conclusão do presente trabalho, de que talvez o Estado popular-comunitário em escala nacional não seja um fim viável, porém pode ser um meio estratégico de posicionamento e confrontação diante da dominação. É uma escala de luta que permite tendencialmente diminuir e se contrapor às determinações do poder estatal, *apesar* dele e não *através* dele:

“Se um Estado de dominação representa a cristalização de uma relação de poder, na qual se estabelece uma “relação de forças aonde não existe a possibilidade de recompor a situação do exercício de poder”, fixando-se rigidamente a capacidade de ‘dirigir o comportamento do outro’ monopolizada por uma das partes, então, em termos práticos, as lutas comunitário-populares na Bolívia representaram o desenvolvimento de uma *política de instabilidade* pulverizadora de relações de poder em seu estado de dominação. (...) Portanto, a potência emancipadora do sujeito comunitário não se sustenta em uma nova estabilidade estatal e sim no seu contrário: na produção de uma síntese social de instabilidade estatal. Vista desde esta perspectiva, a chegada do MAS ao poder não representa nem uma vitória e nem uma derrota (para os sujeitos comunitários) mas uma continuação de processos de luta que já ocorriam desde o final da década de 90 e ia diluindo as estruturas de dominação. O comunitário estaria se estabelecendo *apesar* do Estado e não *através* dele.” [13]

Referências Bibliográficas

- [1]: GAMBOA ROCABADO, F. 2009. “**La asamblea constituyente en Bolivia: una evaluación de su dinámica**”. *Fronesis – Revista de Filosofía Jurídica, Social y Política*, v. 16, n. 3, pp. 487-512. Disponível em: <<http://www.revistas.luz.edu.ve/index.php/frone/article/viewFile/3471/3374>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- [2] SCHAVELZON, S. 2010. **A Assembleia Constituinte na Bolívia: etnografia do nascimento de um Estado plurinacional**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional.
- [3] BOLIVIA, Lei nº 0300 de 15 de outubro de 2012
- [4] SVAMPA, M. (2011). **Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales ¿un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? Más allá del desarrollo** de Lang M. y Mokrani D. (Eds.): Quito: Ed. Abya Yala y Fundación Rosa Luxemburgo.
- [5] CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; DOMINGUEZ-GOMEZ, José Andrés. **El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo**. [S.l.: s.n.], 2014. 27-58 p.
- [6] CATACTORA Arce, Luis Alberto. 2015. **El Modelo Económico Social Comunitario Productivo Boliviano**, nº 1: 1-14. La Paz, Bolivia. Plural Editores.
- [7] CHOQUEHUANCA, C. **Hacia la reconstrucción del Vivir Bien**. *América Latina en Movimiento*, ALAI, n. 452, p. 6-13, 2010.
- [8] GUDYNAS, Eduardo. 2009. ‘**Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual**’. In Jürgen Schuldt, Alberto Acosta, Alberto Barandiarán,
- [9] MANOSALVAS, M. (2014). **Buen Vivir o Sumak Kawsay. En busca de nuevos referenciales para la acción pública en Ecuador**. *Iconos: Revista de Ciencias Sociales*. (49) 101-121.
- [10] ANDREUCCI, Diego, and Isabella M. RADHUBER. 2015. “**Limits to ‘Counter-Neoliberal’ Reform: Mining Expansion and the Marginalisation of Post-Extractivist Forces in Evo Morales’s Bolivia.**” [[Crossref](#)], [[Google Scholar](#)], acessado em maio de 2018.
- [11] TAPIA-MEALLA, L., 2014. **La sustitución del pueblo**. Autodeterminación, La Paz.
- [12] RADHUBER, Isabella Margerita (2014): **Recursos naturales y finanzas públicas. La base material del Estado plurinacional de Bolivia**, La Paz: Plural Editores

- [13] LOHMAN, Huáscar Salazar. **Se han adueñado del proceso de lucha: horizontes comunitario-populares en tensión y la reconstitución de la dominación en la Bolivia del MAS**. 1. ed. La Paz: SOCEE Autodeterminación, 2015. 386 p.
- [14] GONÇALVES, Carlos Walter Porto; SANTIAGO, Milson Betancourt. **Encrucijada latinoamericana en Bolivia**: El conflicto del TIPNIS y sus implicaciones civilizatorias. 1. ed. [S.l.]: Autodeterminación, 2013. 128 p.
- [15] DELGADO, Ana Carolina . **The TIPNIS Conflict in Bolivia**. CONTEXTO INTERNACIONAL (PUCRJ. IMPRESSO) , v. 39, p. 373-392, 2017.
- [16] PAZ, Sarela. 2012. **‘La marcha indígena del TIPNIS en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de América del sur’**. In Marxa Chávez, Mariel Dávalos, Sarela Paz, Bernd Fischermann and Morelia Eróstegui (eds), *Extractivismo y Resistencia Indígena en el TIPNIS*. La Paz: Autodeterminación, pp. 7-50.